

GRAN

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5 Nenhuma folha deste caderno pode ser levada para fora, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

GRAN

VOCÊ É IMPARÁVEL!



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2501233538M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

1º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região
TRT 10

CARGO:

Cargo 15: Técnico Judiciário – Área: Administrativa –
Especialidade: Agente da Polícia Judicial

MODELO/BANCA:

Cebraspe

EDITAL:

Pós-edital

DATA DE APLICAÇÃO:

2/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

2/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

TRT 10ª REGIÃO (DF E TO) – 1º SIMULADO – CARGO 15: TÉCNICO JUDICIÁRIO
– ÁREA: ADMINISTRATIVA – ESPECIALIDADE: AGENTE DA POLÍCIA JUDICIAL
(PÓS-EDITAL)
CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Letícia Bastos

1 O aforismo “o cliente sempre tem razão” é bastante conhecido e muito citado como argumento econômico. Justifica-se para manter a fidelidade dos consumidores a marcas e a lojas a fim de evitar que a insatisfação individual se torne uma indesejada propaganda negativa.

5 Será que, sob a ótica jurídica, a afirmativa corresponde à realidade? Não! O cliente (consumidor) só tem razão quando o direito, a lei, lhe dá amparo.

10 Invariavelmente, baseando-se em critério pessoal do que seria justo como solução para problema de consumo, o consumidor realmente acredita que possui o direito que alega e, dentro da sua lógica, passa a exigir determinado comportamento do fornecedor.

15 A expressão direito do consumidor tem sentido de conjunto de normas que regulam as relações entre consumidores e fornecedores; não significa necessariamente que o consumidor tem sempre direito de exigir a satisfação dos seus interesses.

20 Para ilustrar, cite-se o exemplo, recorrente, de uma pessoa que acredita poder, em qualquer circunstância, trocar um produto que acabou de adquirir simplesmente porque, chegando em casa, percebeu que não era exatamente aquilo que queria, preferia de outra cor ou até haver gastado o dinheiro com algo mais interessante. Para a lei, a troca ou devolução do dinheiro pago só é possível em situações bem concretas: promessa do vendedor de trocar ou devolver o dinheiro (art. 30 do Código de Defesa do Consumidor); vício do produto (art. 18); compra fora do estabelecimento físico (art. 49).

25 Daí a importância de que toda pessoa tenha uma noção básica de quais são os seus direitos e de como exigir a sua observância. Como é possível exigir respeito a sua condição de consumidor se não houver uma consciência mínima dos direitos?

Leonardo Bessa. *O cliente – nem sempre – tem razão!* In: *Metrópoles*. 20/06/2024. Disponível em: <https://www.metrópoles.com/colunas/juris/o-cliente-nem-sempre-tem-razao>. Acesso em: 03 fev. 2025. (com adaptações).

- 1 O texto afirma que o consumidor sempre tem direito de exigir a troca de um produto recém-adquirido, desde que ele esteja em perfeito estado e dentro do prazo de validade.
- 2 Segundo o texto, o argumento “o cliente sempre tem razão” é amplamente aceito como válido no âmbito econômico, mas não encontra respaldo jurídico.
- 3 O texto defende que o consumidor deve conhecer seus direitos para exigir o cumprimento da legislação que regula as relações de consumo, mas admite que tal conhecimento não é indispensável para o respeito às normas legais.

4 O texto é predominantemente expositivo, pois apresenta informações sobre o conceito de direito do consumidor e ilustra situações em que esse direito pode ou não ser exercido.

5 No trecho “O cliente (consumidor) só tem razão quando o direito, a lei, lhe dá amparo” (segundo parágrafo), a expressão “lhe dá amparo” estabelece uma relação de concessão entre o consumidor e a lei.

6 No trecho “A expressão direito do consumidor tem sentido de conjunto de normas que regulam as relações entre consumidores e fornecedores” (quarto parágrafo), o termo “que regulam as relações entre consumidores e fornecedores” exerce a função de adjunto adnominal.

7 No trecho “Para a lei, a troca ou devolução do dinheiro pago só é possível em situações bem concretas” (quinto parágrafo), o termo “Para a lei” exerce a função de adjunto adverbial de causa.

8 No trecho “O cliente (consumidor) só tem razão quando o direito, a lei, lhe dá amparo” (segundo parágrafo), a oração “quando o direito, a lei, lhe dá amparo” é subordinada adverbial causal, pois explica a razão de o cliente ter razão.

9 No trecho “Será que, sob a ótica jurídica, a afirmativa corresponde à realidade?” (segundo parágrafo), as palavras “ótica” e “será” possuem regras de acentuação diferentes, pois a primeira é acentuada por ser uma proparoxítona, enquanto a segunda é acentuada por ser oxítona terminada em “-a”.

10 No trecho “A expressão direito do consumidor tem sentido de conjunto de normas que regulam as relações entre consumidores e fornecedores” (quarto parágrafo), a reescrita para “O direito do consumidor significa que o consumidor sempre tem direito de exigir que seus interesses sejam atendidos” preserva o sentido original do texto.

Noções Gerais de Direito

Carlos Elias

- 11 As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.
- 12 A prova dos fatos ocorridos no país estrangeiro rege-se pela lei que nele vigorar, quanto ao ônus e aos meios de produzir-se, não admitindo os tribunais brasileiros provas que a lei brasileira desconheça.
- 13 A interpretação teleológica é aquela que se vale de um raciocínio lógico para definir o alcance da norma a partir das suas motivações políticas, históricas e ideológicas.

- 14 A analogia deve ser utilizada quando uma lei tiver uma redação dúbia.
- 15 A jurisprudência é uma fonte material do Direito.

Noções de Direito Constitucional

Ricardo Blanco

- 16 Com base nos direitos individuais, julgue o item a seguir.
Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- 17 Com base nos direitos individuais, julgue o item a seguir.
A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição.
- 18 Com base nos direitos sociais, julgue o item a seguir.
Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
- 19 Com base nos direitos sociais, julgue o item a seguir.
Nas empresas de mais de cem empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
- 20 Com base no tema nacionalidade, julgue o item a seguir.
São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
- 21 Com base no tema nacionalidade, julgue o item a seguir.
A lei poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição.
- 22 Com base nos direitos políticos, julgue o item a seguir.
O militar alistável é elegível, atendida a seguinte condição: se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade.
- 23 Com base nos direitos políticos, julgue o item a seguir.
Serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 60 dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos.
- 24 Com base no poder judiciário, julgue o item a seguir.
O ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação.

- 25 Com base no poder judiciário, julgue o item a seguir.
Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.

Noções de Direito Administrativo

Rafael de Oliveira

- 26 A administração direta compreende os órgãos que integram a estrutura da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, enquanto a administração indireta é formada por entidades com personalidade jurídica própria, como autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- 27 A desconcentração ocorre quando o ente público distribui competências dentro de sua própria estrutura organizacional, criando órgãos internos para atender às demandas.
- 28 As autarquias são pessoas jurídicas de direito público criadas por lei específica, com autonomia administrativa, mas sem sujeição à supervisão do ente criador.
- 29 O ato administrativo goza de atributos como presunção de legitimidade, imperatividade e autoexecutoriedade, que são aplicáveis a todos os atos praticados pela Administração Pública.
- 30 A revogação de um ato administrativo ocorre por motivo de conveniência ou oportunidade e atinge atos válidos que ainda não tenham produzido efeitos concretos.
- 31 O poder regulamentar permite à Administração Pública detalhar normas gerais previstas em lei, mas não criar direitos ou obrigações de forma autônoma.
- 32 O abuso de poder pode se manifestar em duas formas: excesso de poder, quando o agente público atua fora de suas competências, e desvio de finalidade, quando o ato visa à finalidade diversa do interesse público.
- 33 Segundo a Lei n. 8.112/1990, os servidores públicos federais podem acumular dois cargos públicos em qualquer situação, desde que não haja prejuízo à carga horária.
- 34 De acordo com a Lei n. 9.784/1999, o contraditório e a ampla defesa devem ser assegurados em todos os processos administrativos, independentemente de sua natureza ou objeto.
- 35 A responsabilidade civil do Estado por atos comissivos é objetiva, exigindo apenas a comprovação do dano e do nexo causal, enquanto por atos omissivos é subjetiva, dependendo da comprovação de culpa ou dolo.

Noções de Direitos Humanos

Daniel Barbosa

- 36 De acordo com a Declaração Universal de Direitos Humanos, todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento sigiloso no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.
- 37 De acordo com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), não se pode restabelecer a pena de morte nos Estados que a hajam abolido.
- 38 De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o cordão de fita com desenhos de girassóis é o símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências físicas.
- 39 De acordo com a Resolução n. 492/2023 do CNJ, a capacitação de magistradas e magistrados nas temáticas relacionadas a direitos humanos, gênero, raça e etnia, conforme artigo anterior, constará nos regulamentos para concessão do Prêmio CNJ de Qualidade.
- 40 A Resolução n. 368/2023 do CSJT instituiu o Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade, no âmbito da Justiça do Trabalho. Um dos princípios do programa é a observância dos princípios cristãos.

Noções de Governança Pública

Bruno Eduardo

A governança pública, fundamentada em princípios como transparência, accountability e eficiência, é essencial para o bom desempenho das organizações públicas. No âmbito da gestão pública, a Resolução CNJ n. 325/2020 estabelece diretrizes estratégicas para o Poder Judiciário, enfatizando a importância da gestão estratégica para a melhoria da prestação jurisdicional. Considerando o exposto, julgue os itens a seguir.

- 41 A governança pública tem como um de seus objetivos principais a promoção da integridade nas práticas administrativas, garantindo que os resultados alcançados sejam sempre superiores aos planejados.
- 42 A Resolução CNJ n. 325/2020 enfatiza a necessidade de integração entre os órgãos do Poder Judiciário, com base em metas nacionais e regionais, como forma de assegurar a melhoria da prestação jurisdicional.

O planejamento estratégico é uma ferramenta indispensável para as organizações públicas e privadas, possibilitando a definição de objetivos de longo prazo e a adoção de métodos e técnicas que alinhem os recursos disponíveis às metas institucionais. Considerando o exposto, julgue os itens a seguir.

- 43 No planejamento estratégico, a análise SWOT é utilizada para identificar as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, sendo aplicável tanto a organizações públicas quanto privadas.

- 44 A missão e a visão organizacional são aspectos secundários no planejamento estratégico e não influenciam diretamente a definição de metas e objetivos institucionais.

A cultura organizacional exerce grande influência sobre o desempenho das organizações formais modernas, impactando diretamente as estruturas organizacionais e os processos internos. Considerando o exposto, julgue os itens a seguir.

- 45 A cultura organizacional é composta por valores, crenças e práticas compartilhadas que definem o comportamento dos indivíduos e grupos dentro da organização.
- 46 Nas organizações públicas, a cultura organizacional não interfere no processo de comunicação formal, pois este é regido exclusivamente por normativos e regulamentos internos.

A gestão por processos, apoiada em ferramentas clássicas como o diagrama de Ishikawa e o ciclo PDCA, é amplamente utilizada na administração pública para promover melhorias contínuas e alcançar a excelência nos serviços prestados. Considerando o exposto, julgue os itens a seguir.

- 47 O ciclo PDCA é uma ferramenta utilizada para a análise, correção e melhoria contínua de processos, sendo composto pelas etapas de planejamento, execução, verificação e ação corretiva.
- 48 O diagrama de Ishikawa, também conhecido como diagrama de causa e efeito, é utilizado exclusivamente para identificar falhas em processos de produção industrial, não sendo aplicável à administração pública.

A inovação na gestão pública, por meio do uso de tecnologias como a inteligência artificial e metodologias, como o *design thinking*, é um diferencial para a modernização dos serviços públicos. Considerando o exposto, julgue os itens a seguir.

- 49 O *design thinking* é uma metodologia voltada para a solução de problemas complexos, colocando o cidadão no centro do processo e buscando soluções inovadoras.
- 50 A inteligência artificial é utilizada na gestão pública exclusivamente para a automatização de tarefas operacionais, não desempenhando papel estratégico na tomada de decisões.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de Direito Penal e Direito Processual Penal

Renato Pulz

- 51 O princípio da anterioridade está previsto expressamente no código penal.
- 52 No Direito penal a lei poderá retroagir seja para beneficiar ou prejudicar o réu, em função da aplicação da justiça.
- 53 Se Huguinho, adolescente de 17 anos atira em Luizinho para matá-lo, ele é considerado imputável, mesmo que a vítima venha a morrer somente alguns dias depois, quando o autor dos disparos já completou os 18 anos.
- 54 O conceito de território nacional para fins penais abrange apenas o espaço físico, ou seja, o solo do território nacional.
- 55 Na contagem do prazo no direito penal o dia do começo inclui-se no cômputo do período de dias.
- 56 Matar uma mulher por razões da condição do sexo feminino em contexto de violência doméstica agora é um crime autônomo e não mais uma qualificadora do homicídio, tendo a previsão da maior pena máxima privativa de liberdade do código penal.
- 57 Ladrãocio subtraiu para si coisa alheia móvel de pequeno valor, mas foi preso em flagrante, como era primário o juiz pode aplicar somente a pena de multa, entre outras opções.
- 58 Em nosso ordenamento jurídico vigora a liberdade na valoração das provas pelo juiz, tanto que a sua decisão não está vinculada a um laudo pericial.
- 59 Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a confissão poderá suprir-lhe a falta.
- 60 Em relação à cadeia de custódia e suas etapas, o acondicionamento é o ato de recolher o vestígio que será submetido à análise pericial, respeitando suas características e natureza.
- 61 O laudo pericial deverá ser concluído no prazo de até 30 dias, podendo ser prorrogado excepcionalmente.
- 62 O juiz ou o delegado podem negar a realização de perícia solicitada pelas partes.
- 63 Somente os policiais podem realizar a prisão em flagrante.
- 64 Após realizado o auto de prisão em flagrante, o preso deverá ser encaminhado para a audiência de custódia, que deverá se realizar em até 24 horas, sob pena de tornar a prisão ilegal.

Segurança de Dignitários

Fernando Marinha

- 65 Durante o planejamento de uma escolta motorizada em uma grande metrópole, a equipe de segurança discutiu estratégias para aumentar a proteção da autoridade contra possíveis ameaças em deslocamentos. Com base nos seus conhecimentos acerca da escolta motorizada realizada para segurança de um dignitário, julgue o item a seguir. Os veículos da cápsula de segurança devem ser idênticos para dificultar a identificação do carro que transporta a autoridade, negando informações ao agressor.
- 66 Durante uma conferência internacional, a equipe de segurança de dignitários precisou considerar diferenças culturais, como saudações e protocolos específicos. Com base nos seus conhecimentos acerca dos elementos que compõem o cenário operacional, julgue o item a seguir. Os elementos ambientais, como parte do cenário operacional, não influenciam diretamente no comportamento coletivo, sendo irrelevantes para evitar conflitos e mal-entendidos durante operações de segurança.
- 67 Durante um desfile público em um grande evento com alta concentração de pessoas, a equipe de segurança da autoridade foi instruída pelo Chefe de Segurança a montar um dispositivo de escolta a pé em formação de pentágono, garantindo proteção 360° e vigilância eficiente. Com base nos seus conhecimentos sobre a formação de escolta a pé, julgue o item a seguir. A distância média entre os agentes e o protegido no dispositivo de escolta a pé deve ser de 3 metros, permitindo um equilíbrio entre vigilância eficiente e capacidade de reação rápida.
- 68 Durante a fase inicial de uma análise de riscos em uma instalação estratégica, a equipe de segurança de dignitários realizou reuniões, inspeções e entrevistas para coletar informações essenciais sobre as vulnerabilidades e ameaças. Como parte do processo, também foram preparados relatórios e checklists para consolidar os dados obtidos. Com base em seus conhecimentos sobre trabalho de campo, julgue o item a seguir. O trabalho de campo é considerado a parte mais trabalhosa do diagnóstico de riscos, pois envolve reuniões, visitas, inspeções, entrevistas e listagens que identificam variáveis internas e externas capazes de causar perdas.
- 69 Durante um incidente na Justiça Federal, um grupo de manifestantes tentou invadir uma área restrita, colocando em risco a integridade das instalações e dos servidores. O Secretário de Polícia Judicial determinou que, na contenção da ameaça, os policiais judiciais respeitassem as mesmas diretrizes aplicáveis aos policiais do Poder Executivo Federal. Com base nos seus conhecimentos acerca do uso diferenciado da força, julgue o item a seguir. Os policiais judiciais, na aplicação do uso da força, podem empregar um nível superior ao da ameaça apresentada, com o objetivo de acalmar a turba e garantir a proteção imediata da Justiça Federal, mesmo que isso exceda a proporcionalidade da situação.

- 70** Durante um evento em que estavam presentes diversas autoridades, a equipe de segurança de dignitários foi organizada de forma a proteger determinado Ministro em diferentes níveis. Agentes especializados permaneceram ao lado do VIP durante todo o evento, enquanto outros foram posicionados nas imediações do prédio para monitorar possíveis ameaças vindas do perímetro próximo. Com base nos seus conhecimentos sobre segurança de dignitários, julgue o item a seguir.
- A segurança pessoal imediata consiste em medidas tomadas por agentes especializados próximos à autoridade, enquanto a segurança de área aproximada envolve ações realizadas nas imediações da autoridade, complementando a proteção.
- 71** Durante a implementação de um novo sistema de segurança em uma organização pública, foram estabelecidos níveis de planejamento para assegurar a integração das equipes e otimização dos recursos. A equipe responsável discutiu a necessidade de abordar desde a visão estratégica até os detalhes técnicos e operacionais. Com base nos seus conhecimentos acerca dos níveis de planejamento de segurança, julgue o item a seguir.
- A definição da filosofia e política de segurança, além da missão do departamento responsável, deve ocorrer no nível operacional, focado em procedimentos de rotina e normas emergenciais.
- 72** Durante a avaliação de segurança de um grande evento corporativo, a equipe responsável discutiu as etapas necessárias para lidar com possíveis emergências e crises. A conversa envolveu conceitos como planejamento de contingências, gerenciamento de crises e procedimentos emergenciais. Com base nos seus conhecimentos sobre essas noções, julgue o item a seguir.
- O planejamento de contingências é uma das fases do gerenciamento de crises e possui a mesma finalidade dos procedimentos emergenciais.
- 73** Durante a avaliação de armamentos utilizados pela Polícia Judicial em atividades de escolta e proteção de autoridades, o chefe do setor apresentou dois tipos de armas para análise: uma pistola semiautomática e um fuzil de assalto compacto. A instrução destacou a importância de classificar corretamente os armamentos, considerando suas dimensões, peso e modo de uso. Com base nos seus conhecimentos sobre o tema, julgue o item a seguir.
- Enquanto a pistola semiautomática apresentada pode ser classificada como arma de fogo de porte, o fuzil compacto é classificado como uma arma de fogo portátil.
- 74** Durante a proteção de uma autoridade em um evento público, um policial judicial foi surpreendido por um agressor que tentou golpeá-lo com uma cotovelada à curta distância. Para reagir, o policial precisou utilizar técnicas defensivas e ajustar sua postura rapidamente. Com base nos seus conhecimentos sobre defesa contra cotoveladas e eficiência na execução dessas técnicas, julgue o item a seguir.
- Para aumentar a eficiência de uma cotovelada, é fundamental que o movimento inclua rotação, flexão e extensão do tronco, enquanto a mão executante deve estar fechada. Além disso, evitar ser atingido por uma cotovelada requer, preferencialmente, a execução de uma esquiva; caso não seja possível, a distância em relação ao agressor deve ser reduzida para minimizar o impacto.

- 75** Durante uma audiência judicial, uma parte demonstrou a intenção de agredir o magistrado. O policial judicial responsável por sua segurança identificou esses sinais de intenção hostil antes que ocorresse. Antes que o agressor conseguisse atingir a iniciar o ataque propriamente dito, o agente se posicionou de forma correta e dissuadiu a ação graças a sua postura, fazendo-se notar o estado de alerta. A ação do policial judicial caracteriza-se como defesa pessoal preventiva, pois antecipou-se ao fato, impedindo que ele ocorresse.
- 76** Durante a execução de uma escolta de autoridades em uma reunião de alto nível, a equipe de segurança da Polícia Judicial precisou realizar uma parada emergencial em uma área urbana pouco movimentada. Antes de retomar a missão, os policiais realizaram uma inspeção no veículo e no entorno, aplicando as medidas preventivas adequadas para garantir a segurança da autoridade. Com base nos seus conhecimentos sobre segurança preventiva, julgue o item a seguir.
- Em paradas emergenciais ou situações de espera, os policiais judiciais devem evitar permanecer no interior do veículo, verificando previamente o entorno e quaisquer alterações ou anormalidades no veículo antes de prosseguir.

Segurança Orgânica

Fernando Marinha

- 77** Durante a realização de um evento na justiça federal, a equipe de segurança discutiu a implementação de medidas para prevenir e responder a ameaças. Foi mencionado que a segurança orgânica, como parte da contrainteligência, adota medidas passivas e planejadas para obstruir ameaças, enquanto a segurança ativa utiliza medidas repressivas para enfrentar diretamente as ações adversas. Com base em seu conhecimento, julgue o item a seguir.
- As medidas de segurança orgânica, sendo parte da contrainteligência, são caracterizadas como ações passivas e planejadas, enquanto a segurança ativa é composta por medidas repressivas destinadas a neutralizar ameaças.
- 78** Durante uma reunião na Justiça Federal, foi discutido o papel da Segurança Corporativa Estratégica no fortalecimento das atividades institucionais. Um dos gestores afirmou que a Segurança Corporativa Estratégica consiste apenas na implementação de medidas isoladas de segurança física, sem necessidade de integração entre os segmentos, e que seu impacto nos processos institucionais é secundário.
- Diz-se que a Segurança Corporativa/Institucional é Estratégica quando há implementação de medidas de segurança física de forma eficiente, sem necessariamente haver integração entre os demais segmentos.
- 79** Durante uma reunião sobre segurança na Justiça Federal, foi apresentado um conceito de análise de riscos. Um dos participantes afirmou que risco e ameaça são conceitos idênticos, pois ambos implicam danos reais e inevitáveis quando o evento ocorre.
- Risco e ameaça são conceitos muito parecidos, uma vez que ambos implicam danos reais e inevitáveis quando o evento ocorre.

- 80** Durante uma auditoria de segurança na Justiça Federal, a equipe responsável discutiu os componentes do planejamento de contingências. Um dos participantes afirmou que o conceito dos “4 Rs” inclui as etapas de Resposta, Reassunção, Recuperação e Restauração, sendo a Reassunção o componente mais importante, pois engloba todos os demais. Com base no seu conhecimento acerca de planejamento de contingência, julgue o item abaixo.
A Reassunção é a componente mais importante dos “4 Rs” no planejamento de contingências, pois engloba todos os demais.
- 81** Durante uma auditoria de segurança na Justiça Federal, a equipe responsável discutiu os conceitos de ameaças e vulnerabilidades. Um dos participantes explicou que as ameaças estão diretamente relacionadas à exploração de vulnerabilidades, que são fragilidades presentes nos ativos organizacionais. Com base no seu conhecimento acerca desses conceitos, julgue o item a seguir.
Ameaças são agentes ou condições que causam incidentes ao explorar vulnerabilidades, que por sua vez são fragilidades associadas aos ativos organizacionais.
- 82** Durante uma auditoria de segurança na Justiça Federal, foi avaliado o sistema de controle de acesso utilizado no órgão. A equipe sugeriu que, para garantir a segurança em áreas sensíveis, fossem implementados controles mistos, como o uso de cancelas automáticas operadas por agentes de segurança. Com base no seu conhecimento acerca desses conceitos, julgue o item a seguir.
Controles mistos de acesso são aqueles que combinam controles pessoais, como agentes de segurança, e controles instrumentais, como cancelas automáticas, para exercer as restrições necessárias.
- 83** Durante uma auditoria na Justiça Federal, a equipe responsável discutiu como os insumos sensíveis ou perigosos devem ser gerenciados em diferentes situações, considerando seu uso ativo ou armazenamento em prateleira. Com base no seu conhecimento acerca da segurança dos materiais, julgue o item a seguir.
Os itens classificados como “em uso” e “em prateleira” no contexto de segurança de insumos sensíveis ou perigosos devem ser tratados com os mesmos procedimentos, sem distinção entre as categorias.
- 84** Durante uma auditoria de segurança na Justiça Federal, a equipe responsável discutiu a proteção das saídas de emergência do prédio. Um dos inspetores sugeriu que as portas de emergência poderiam ser trancadas para evitar a entrada de intrusos, desde que não fossem utilizadas frequentemente pelos trabalhadores. Com base no seu conhecimento acerca das medidas de prevenção contra incêndios, julgue o item a seguir.
As saídas de emergência podem ser trancadas durante o expediente para evitar a entrada de intrusos, desde que não sejam frequentemente utilizadas.
- 85** Durante a análise de um projeto de segurança contra incêndios em um grande auditório da Justiça Federal, a equipe de engenharia discutiu como os pontos de iluminação de emergência deveriam ser instalados para atender às normas aplicáveis. Com base no seu conhecimento acerca de medidas de prevenção contra incêndios, julgue o item a seguir.
Os pontos de iluminação de emergência devem ser instalados de forma que, na direção de saída, seja possível visualizar o ponto seguinte a uma distância máxima de 15 metros, inclusive em locais com obstáculos, curvas ou escadas.

- 86** Durante uma auditoria de segurança nas instalações da Justiça Federal, a equipe verificou que algumas mangueiras de incêndio estavam acondicionadas em ziguezague. Com base no seu conhecimento sobre utilização de equipamentos de combate a incêndio em uma edificação, julgue o item a seguir. A forma de acondicionamento em ziguezague deitada consiste em posicionar a mangueira verticalmente sobre ela própria.
- 87** Durante uma auditoria de segurança na Justiça Federal, a equipe analisou estratégias de proteção para áreas, instalações, dependências e ambientes da Instituição. Foram sugeridas medidas como reforço de vigilância com aumento de postos fixos, criação de uma rede de informantes, disponibilização de canais de denúncia anônima e ações de desinformação para conter ameaças. Com base no seu conhecimento sobre segurança e gestão de áreas e instalações, julgue o item a seguir.
As medidas citadas são exemplos de segurança ativa, que se caracterizam por ações destinadas a prevenir, detectar e neutralizar riscos ou ameaças às áreas, instalações, dependências e ambientes e possuem um caráter eminentemente ofensivo.
- 88** Durante uma análise de riscos realizada na Justiça Federal, foi discutido o impacto de ameaças e vulnerabilidades na segurança orgânica da instituição. A equipe debateu a necessidade de mitigar fatores como deficiências estruturais e possíveis ações hostis por parte de atores externos. Com base no seu conhecimento sobre os conceitos de ameaça e vulnerabilidade, julgue o item a seguir.
A ameaça é definida como a deficiência que pode ser explorada por um ator hostil para causar impactos à segurança, enquanto a vulnerabilidade consiste na combinação de motivação, ator e capacidade de agir, podendo comprometer áreas e instalações.

Legislação Relacionada

Leonardo Castro

- 89** Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo aquelas cuja pena máxima cominada não seja superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa, bem como as contravenções penais, independentemente de a lei estabelecer procedimento especial.
- 90** Julgue o próximo item, acerca da suspensão condicional do processo prevista no art. 89 da Lei n. 9.099/1995.
Na hipótese de o Ministério Público propor a suspensão do processo e o acusado, presente em juízo, recusar a medida, essa renúncia acarreta a perda definitiva do direito de obter o benefício, implicando automaticamente a extinção da punibilidade.
- 91** Se, na audiência preliminar, não for obtida a composição dos danos civis, o ofendido pode exercer de imediato o seu direito de representação. Caso não o faça nesse momento, ocorrerá automática decadência do direito de representá-lo em momento posterior.
- 92** Os agentes públicos sujeitos aos crimes de abuso de autoridade são exclusivamente servidores públicos concursados e integrantes das carreiras policiais, excluindo-se, portanto, membros do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público.

- 93** Os efeitos de inabilitação para exercício de cargo, mandato ou função pública, bem como a perda do cargo, só podem ser decretados em caso de reincidência em crime de abuso de autoridade e dependem de motivação expressa na sentença.
- 94** A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas configura crime de abuso de autoridade, pois não é necessária a finalidade específica de beneficiar a si ou a terceiro para que o abuso reste caracterizado.
- 95** A responsabilidade administrativa, civil e criminal decorrente de crimes de abuso de autoridade são independentes, não havendo a possibilidade de a sentença penal influenciar o julgamento em esfera administrativa ou cível.
- 96** De acordo com as alterações introduzidas pela Lei n. 14.532/2023, a injúria racial, consistente em ofender a dignidade ou o decoro de alguém em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional, integra o rol dos crimes resultantes de discriminação ou preconceito disciplinados pela Lei n. 7.716/1989.
- 97** Se os crimes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional forem praticados no contexto de descontração, diversão ou recreação, a pena deverá ser diminuída.
- 98** Nos crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, o servidor público perderá automaticamente seu cargo, função ou emprego em razão da condenação penal, ainda que não haja declaração expressa em sentença.
- 99** De acordo com a Lei n. 5.553/1968, o princípio geral é que nenhum documento de identificação pessoal pode ser retido, ainda que esteja autenticado ou em pública-forma, a menos que haja ordem judicial autorizando tal retenção.
- 100** Conforme a Lei n. 5.553/1968, caso seja necessária a apresentação de documento de identificação para ingresso em determinado local, o responsável pela exigência poderá reter o documento até o encerramento da atividade, desde que devolva ao interessado no mesmo dia.
- 101** Conforme o Estatuto do Desarmamento, o proprietário de empresa de segurança privada responde pelo crime de omissão de cautela se deixar de comunicar à Polícia Federal a perda, furto, roubo ou extravio de arma de fogo em até 24 horas, podendo, nesse caso, ser punido com pena de detenção de 1 a 2 anos, e multa.
- 102** A conduta de disparar arma de fogo em via pública, desde que não haja finalidade de praticar outro crime, é considerada crime inafiançável, com pena de reclusão de 2 a 4 anos, e multa.

Gestão de Contratos

Rodrigo Cardoso e Ismael Noronha

Julgue os próximos itens, a respeito do Decreto n. 11.531/2023.

- 103** Na celebração de convênio com entidades privadas sem fins lucrativos, será admitida a contrapartida em bens e serviços, mesmo não sendo economicamente mensuráveis.
- 104** O convênio poderá ser denunciado a qualquer tempo, por desistência de qualquer um dos partícipes, e não será admitida cláusula obrigatória de permanência ou sancionadora dos denunciantes.
- 105** A prestação de contas final será apresentada no prazo de sessenta dias, contado do término da vigência ou da consecução do objeto, o que ocorrer primeiro. Caso não ocorra a prestação de contas, o concedente ou a mandatária da União notificará o conveniente e estabelecerá o prazo máximo de quarenta e cinco dias para a sua apresentação.

Acerca do Sistema de Registro de Preços, consoante o Decreto n. 11.462/2023, julgue os itens seguintes.

- 106** Compete ao órgão ou entidade participante promover os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório ou da contratação direta e todos os atos deles decorrentes.
- 107** É vedada aos órgãos da Administração Pública federal a adesão à ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade estadual, distrital ou municipal.
- 108** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, bem como obriga a Administração a contratar, não sendo permitida a realização de licitação específica para a aquisição pretendida.
- 109** Segundo o Decreto n. 11.878, de 2024, credenciamento é o processo administrativo de chamamento público em que o órgão ou a entidade credenciante convoca, por meio de edital, interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.
- 110** Segundo o Decreto n. 11.878, de 2024, somente as empresas licitantes poderão impugnar edital de credenciamento por irregularidade ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos.
- 111** Segundo o Decreto n. 11.878, de 2024, o edital de credenciamento poderá ser anulado até cinco anos depois da homologação do processo licitatório em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.
- 112** Segundo a Instrução Normativa SEGES/ME n. 72, de 2022, o critério de julgamento de menor preço ou maior desconto será adotado quando o estudo técnico preliminar demonstrar que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que excederem os requisitos mínimos das especificações não forem relevantes aos fins pretendidos pela Administração.

- 113** O critério de julgamento por menor preço ou maior desconto considerará o menor dispêndio para a Administração, desconsiderados nesse momento padrões de qualidades mínimos.
- 114** No modo de disputa aberto, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital de licitação.
- 115** Segundo a Instrução Normativa SEGES/NE n. 65, de 2021, sobre preço é o preço orçado para licitação ou contratado em valor expressivamente superior aos preços referenciais de mercado, seja de apenas 1 (um) item, se a licitação ou a contratação for por preços unitários de serviço, seja do valor global do objeto, se a licitação ou a contratação for por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral.
- 116** Segundo a Instrução Normativa SEGES/NE n. 65, de 2021, serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros previstos na norma, desconsiderados os valores inexecutáveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.
- 117** Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa de licitação não se aplica a pesquisa de preços.
- 118** As Compras Públicas Sustentáveis pressupõem a adoção de critérios ambientais, sociais e econômicos nas aquisições de bens, contratações de serviços, e nas obras e serviços de engenharia, em consonância com o conceito de desenvolvimento sustentável. Tem a intenção de promover a harmonização dos objetivos socioeconômicos e ambientais, minimizando os impactos ao meio ambiente, à saúde e aos direitos humanos.
- 119** A adoção do requisito da logística reversa deve ser sempre contemplada no escopo do estudo técnico preliminar, especialmente na fase de levantamento de mercado e de estimativa de custos, tanto na aquisição de materiais quanto na contratação de serviços.
- 120** Plano de Logística Sustentável (PLS) é o instrumento de governança, com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados, que permite estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade, em atenção ao melhor nível de eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho, vinculado ao planejamento estratégico do Tribunal.

Discursiva
Letícia Bastos

TEXTO I

Os sistemas organizacionais são elementos fundamentais para a integração e o funcionamento das organizações. A eficiência de sistemas como os administrativos, financeiros e produtivos depende da sua capacidade de interagir e compartilhar informações, promovendo a harmonização dos esforços para alcançar objetivos comuns.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. Teoria Geral da Administração. São Paulo: Atlas, 2021.

TEXTO II

A relação entre os sistemas de organização e os demais sistemas organizacionais deve ser baseada em princípios de coordenação, comunicação eficaz e flexibilidade. Quando há fragmentação ou falhas nessa relação, podem surgir problemas que comprometem o desempenho da organização como um todo.

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração. São Paulo: Elsevier, 2020.

Sendo os textos acima unicamente motivadores, redija um texto dissertativo em que você aborde obrigatoriamente sobre:

- 1** Explique o conceito de sistemas de organização, destacando suas características e elementos principais. [Valor: 9,50 pontos]
- 2** Analise a importância dos sistemas de organização para o funcionamento eficiente e estratégico de uma organização. [Valor: 9,50 pontos]
- 3** Discuta os benefícios e desafios da interação entre os sistemas de organização e outros sistemas organizacionais, como o financeiro, administrativo e produtivo. [Valor: 9,50 pontos]



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO
1º SIMULADO
CARGO 15: TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA –
ESPECIALIDADE: AGENTE DA POLÍCIA JUDICIAL (PÓS-EDITAL)
GABARITO

Item	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Gabarito	E	C	E	C	E	E	E	E	C	E	C	C	E	E	E
Item	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
Gabarito	C	C	C	E	C	E	C	E	C	C	C	C	E	E	C
Item	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45
Gabarito	C	C	E	C	C	E	C	E	C	E	E	C	C	E	C
Item	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
Gabarito	E	C	E	C	E	C	E	C	E	C	C	C	C	E	E
Item	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75
Gabarito	E	C	E	C	C	E	C	C	E	C	E	E	C	E	E
Item	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
Gabarito	C	C	E	E	E	C	C	E	E	C	E	C	E	C	E
Item	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105
Gabarito	E	E	C	E	E	C	E	E	C	E	C	E	E	C	C
Item	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120
Gabarito	E	C	E	C	E	E	C	E	C	C	C	E	C	C	C

REDAÇÃO SOB MEDIDA

Não é qualquer texto.
É o texto que vai fazer você
ser aprovado.

O Projeto Redação Sob Medida é o seu caminho para tirar nota máxima na prova discursiva. Aprenda a escrever do jeito certo, saiba como cada banca avalia as provas discursivas. **Escreva, reescreva, corrija e conquiste a sua vaga.**

ASSINATURA ILIMITADA X



ESCRITA PARA PROVA

Entenda que os requisitos para uma prova de concurso público e os métodos de correção são diferentes do habitual. Descubra o que cada banca cobra e não caia mais em armadilhas da escrita.



SIMULADOS DISCURSIVOS

Com temas de atualidades exclusivos para cada concurso, você terá acesso a um simulado online, orientado pelo professor e com correção.



JORNAL TEMÁTICO

O Jornal Temático é um periódico com dicas, de temas atuais para a prática de redações. Os tópicos mais solicitados pelas bancas são abordados para que você não seja pego de surpresa na hora da prova.



ACOMPANHE SEU DESENVOLVIMENTO

Tenha acesso a um portfólio individual, com seus textos, correções e gráficos de evolução. Com o acompanhamento de um professor, você consegue ver erros e acertos e monitorar as melhorias nas suas redações.



GRAN MESTRES EXCLUSIVOS

Os professores Diogo Alves e Elias Santana são os mestres responsáveis pelo projeto. Especialistas na Língua Portuguesa e em Redação Discursiva, acompanham de perto a evolução dos alunos com dicas, conselhos e técnicas.



TUDO NA SUA MÃO

Só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero passar na
prova discursiva

TRT 10ª REGIÃO (DF E TO) – 1º SIMULADO – CARGO 15: TÉCNICO JUDICIÁRIO
– ÁREA: ADMINISTRATIVA – ESPECIALIDADE: AGENTE DA POLÍCIA JUDICIAL
(PÓS-EDITAL)
CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Letícia Bastos

1 O aforismo “o cliente sempre tem razão” é bastante conhecido e muito citado como argumento econômico. Justifica-se para manter a fidelidade dos consumidores a marcas e a lojas a fim de evitar que a insatisfação individual se torne uma indesejada propaganda negativa.

Será que, sob a ótica jurídica, a afirmativa corresponde à realidade? Não! O cliente (consumidor) só tem razão quando o direito, a lei, lhe dá amparo.

10 Invariavelmente, baseando-se em critério pessoal do que seria justo como solução para problema de consumo, o consumidor realmente acredita que possui o direito que alega e, dentro da sua lógica, passa a exigir determinado comportamento do fornecedor.

A expressão direito do consumidor tem sentido de conjunto de normas que regulam as relações entre consumidores e fornecedores; não significa necessariamente que o consumidor tem sempre direito de exigir a satisfação dos seus interesses.

15 Para ilustrar, cite-se o exemplo, recorrente, de uma pessoa que acredita poder, em qualquer circunstância, trocar um produto que acabou de adquirir simplesmente porque, chegando em casa, percebeu que não era exatamente aquilo que queria, preferia de outra cor ou até haver gastado o dinheiro com algo mais interessante. Para a lei, a troca ou devolução do dinheiro pago só é possível em situações bem concretas: promessa do vendedor de trocar ou devolver o dinheiro (art. 30 do Código de Defesa do Consumidor); vício do produto (art. 18); compra fora do estabelecimento físico (art. 49).

25 Daí a importância de que toda pessoa tenha uma noção básica de quais são os seus direitos e de como exigir a sua observância. Como é possível exigir respeito a sua condição de consumidor se não houver uma consciência mínima dos direitos?

Leonardo Bessa. *O cliente – nem sempre – tem razão!* In: *Metrópoles*. 20/06/2024. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/juris/o-cliente-nem-sempre-tem-razao>. Acesso em: 03 fev. 2025. (com adaptações).

1 O texto afirma que o consumidor sempre tem direito de exigir a troca de um produto recém-adquirido, desde que ele esteja em perfeito estado e dentro do prazo de validade.

Errado.

Assunto abordado: Interpretação de texto.

O texto ressalta que o direito de troca ou devolução do dinheiro só é garantido em **situações específicas**, como vício do produto, promessa do vendedor ou compra fora do estabelecimento físico. O estado perfeito do produto não é, por si só, condição suficiente para garantir esse direito, invalidando o item.

2 Segundo o texto, o argumento “o cliente sempre tem razão” é amplamente aceito como válido no âmbito econômico, mas não encontra respaldo jurídico.

Certo.

Assunto abordado: Interpretação de texto.

O texto explicita que o aforismo “o cliente sempre tem razão” é conhecido e utilizado como estratégia econômica para fidelizar clientes e evitar propaganda negativa. No entanto, do ponto de vista jurídico, a validade dessa ideia é negada, pois o consumidor só tem razão quando a lei o ampara.

3 O texto defende que o consumidor deve conhecer seus direitos para exigir o cumprimento da legislação que regula as relações de consumo, mas admite que tal conhecimento não é indispensável para o respeito às normas legais.

Errado.

Assunto abordado: Interpretação de texto.

O texto enfatiza que a consciência mínima dos direitos é essencial para que o consumidor possa exigir o cumprimento das normas e ser respeitado em sua condição de consumidor. Ele não admite que o respeito às normas ocorra independentemente desse conhecimento, tornando o item incorreto.

4 O texto é predominantemente expositivo, pois apresenta informações sobre o conceito de direito do consumidor e ilustra situações em que esse direito pode ou não ser exercido.

Certo.

Assunto abordado: Tipologia textual.

O texto tem como objetivo principal explicar e esclarecer o conceito de direito do consumidor, apresentando exemplos e argumentações. Essa característica demonstra que ele é predominantemente expositivo, validando o item.

5 No trecho “O cliente (consumidor) só tem razão quando o direito, a lei, lhe dá amparo” (segundo parágrafo), a expressão “lhe dá amparo” estabelece uma relação de concessão entre o consumidor e a lei.

Errado.

Assunto abordado: Semântica.

A expressão “lhe dá amparo” estabelece uma **relação de condição**, indicando que o consumidor só tem razão quando há respaldo jurídico. Não há relação de concessão nesse contexto.

6 No trecho “A expressão direito do consumidor tem sentido de conjunto de normas que regulam as relações entre consumidores e fornecedores” (quarto parágrafo), o termo “que regulam as relações entre consumidores e fornecedores” exerce a função de adjunto adnominal.

Errado.

Assunto abordado: Sintaxe do período simples.

O trecho “que regulam as relações entre consumidores e fornecedores” é uma **oração subordinada adjetiva restritiva** que funciona

como adjunto adnominal do núcleo “conjunto de normas”. No entanto, essa oração não é, por si só, um adjunto adnominal, mas, sim, uma **estrutura oracional que modifica o núcleo**.

- 7 No trecho “Para a lei, a troca ou devolução do dinheiro pago só é possível em situações bem concretas” (quinto parágrafo), o termo “Para a lei” exerce a função de adjunto adverbial de causa.

Errado.

Assunto abordado: Sintaxe do período simples.

O termo “Para a lei” exerce a função de **adjunto adverbial de conformidade**, indicando que o enunciado subsequente é baseado em normas jurídicas, e não expressando uma relação de causa.

- 8 No trecho “O cliente (consumidor) só tem razão quando o direito, a lei, lhe dá amparo” (segundo parágrafo), a oração “quando o direito, a lei, lhe dá amparo” é subordinada adverbial causal, pois explica a razão de o cliente ter razão.

Errado.

Assunto abordado: Sintaxe do período composto.

A oração “quando o direito, a lei, lhe dá amparo” é **subordinada adverbial temporal**, indicando o momento em que o cliente (consumidor) tem razão, conforme o texto. Não há relação de causa, mas, sim, de tempo.

- 9 No trecho “Será que, sob a ótica jurídica, a afirmativa corresponde à realidade?” (segundo parágrafo), as palavras “ótica” e “será” possuem regras de acentuação diferentes, pois a primeira é acentuada por ser uma proparoxítona, enquanto a segunda é acentuada por ser oxítona terminada em “-a”.

Certo.

Assunto abordado: Acentuação.

A palavra “ótica” é acentuada por ser proparoxítona, enquanto “será” é acentuada, de fato, por se tratar de uma oxítona terminada em vogal.

- 10 No trecho “A expressão direito do consumidor tem sentido de conjunto de normas que regulam as relações entre consumidores e fornecedores” (quarto parágrafo), a reescrita para “O direito do consumidor significa que o consumidor sempre tem direito de exigir que seus interesses sejam atendidos” preserva o sentido original do texto.

Errado.

Assunto abordado: Reescrita de frases e orações.

A reescrita apresenta um significado diferente do texto original, pois altera o sentido ao sugerir que o consumidor tem sempre o direito de exigir a satisfação de seus interesses. O texto original, no entanto, destaca que a expressão “direito do consumidor” refere-se a normas que regulam relações, e não à garantia absoluta dos interesses do consumidor.

Noções Gerais de Direito

Carlos Elias

- 11 As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.

Certo.

Assunto abordado: Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

Trata-se do art. 1º, § 4º, da LINDB:

Art. 1º Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.

§ 1º Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia três meses depois de oficialmente publicada. (Vide Lei n. 1.991, de 1953) (Vide Lei n. 2.145, de 1953) (Vide Lei n. 2.410, de 1955) (Vide Lei n. 2.770, de 1956) (Vide Lei n. 3.244, de 1957) (Vide Lei n. 4.966, de 1966) (Vide Decreto-Lei n. 333, de 1967) (Vide Lei n. 2.807, de 1956) (Vide Lei n. 4.820, de 1965)

§ 2º (Revogado pela Lei n. 12.036, de 2009).

§ 3º Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo deste artigo e dos parágrafos anteriores começará a correr da nova publicação.

§ 4º **As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.** (Grifos nossos.)

- 12 A prova dos fatos ocorridos no país estrangeiro rege-se pela lei que nele vigorar, quanto ao ônus e aos meios de produzir-se, não admitindo os tribunais brasileiros provas que a lei brasileira desconheça.

Certo.

Assunto abordado: Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

Trata-se de cópia do art. 13 da LINDB. Se faço um contrato verbal na Itália no valor de R\$ 100.000,00 e, lá, a lei italiana admite prova exclusivamente testemunhal para comprovar esse contrato (por exemplo, em razão de uma ação de cobrança que eu possa mover contra a outra parte), então, aqui no Brasil também será admitida prova exclusivamente testemunhal para a prova desse contrato, pois, segundo o art. 13 da LINDB, aplica-se a lei do país em que o fato ocorreu quanto aos meios de provas admitidos. Em outras palavras, se a lei brasileira proibisse prova exclusivamente testemunhal para negócios jurídicos de valor alto (como antigamente fazia o já revogado art. 227 do Código Civil), essa proibição da lei brasileira não seria aplicada no exemplo que citamos.

- 13 A interpretação teleológica é aquela que se vale de um raciocínio lógico para definir o alcance da norma a partir das suas motivações políticas, históricas e ideológicas.

Errado.

Assunto abordado: Interpretação e integração da norma jurídica.

A questão define a interpretação lógica. Sobre o tema, veja esta explicação doutrinária:

5.6.4. Interpretação teleológica ou social

A interpretação teleológica ou social é a que adequa o texto da lei à realidade social. O verbete “teleológico” descende etimologicamente do grego “teleos”, que se reporta à ideia de finalidade. A interpretação teleológica busca a finalidade da norma sob a ótica da realidade social atual. Dialoga com os arts. 5º da LINDB e 8º do CPC, por prestigiar os fins sociais da norma. O art. 1.593 do CC, por exemplo, ao tratar de parentesco, deve ser interpretado de modo a contemplar também o parentesco socioafetivo.

5.6.5. Interpretação lógica ou racional

A interpretação lógica ou racional é a que se vale de um raciocínio lógico para definir o alcance da norma a partir das suas motivações políticas, históricas e ideológicas. O STF, por exem-

plo, ao interpretar as normas que preveem cotas raciais (a que reserva vagas a negros em universidades públicas), analisou as motivações políticas, históricas e ideológicas que cercam o tema, e entendeu que essas regras podem ser aplicadas a qualquer negro, rico ou pobre, pois a finalidade é aumentar a quantidade de negros no meio acadêmico como resposta ao histórico de preconceito racial (STF, ADPF 186, Pleno, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe 17/10/2014).

OLIVEIRA, Carlos E. Elias de; COSTA-NETO, João. *Direito Civil. Rio de Janeiro: Forense/Método*, 2025, p. 46.

- 14 A analogia deve ser utilizada quando uma lei tiver uma redação dúbia.

Errado.

Assunto abordado: Interpretação e integração da norma jurídica. Analogia é meio de integração normativa e, por isso, é utilizada para suprir a falta de uma lei para um caso concreto. Se há lei, não se fala em integração, mas, sim, em interpretação.

- 15 A jurisprudência é uma fonte material do Direito.

Errado.

Assunto abordado: Fontes de Direito. Jurisprudência é fonte formal, e não material. Fonte material são os fatores sociais que criam o direito. Fonte formal são: lei no sentido amplo (principal fonte); jurisprudência (decisões dos tribunais – há jurisprudências vinculantes e não vinculantes); costumes jurídicos (hábitos sociais com força jurídica); princípios gerais de direito (noções de justiça construídas ao longo da história do Direito); vontade dos particulares (especialmente quando se manifesta por meio de atos jurídicos, como no caso de contratos); e, doutrina (há controvérsia).

Noções de Direito Constitucional

Ricardo Blanco

- 16 Com base nos direitos individuais, julgue o item a seguir. Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

Certo.

Assunto abordado: Direitos individuais.

De acordo com o art. 5º, XVI, da CF/1988:

Art. 5º, XVI – todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

- 17 Com base nos direitos individuais, julgue o item a seguir. A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição.

Certo.

Assunto abordado: Direitos individuais.

De acordo com o art. 5º, XXIV, da CF/1988:

Art. 5º, XXIV – a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

- 18 Com base nos direitos sociais, julgue o item a seguir. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.

Certo.

Assunto abordado: Direitos sociais.

De acordo com o art. 6º, parágrafo único, da CF/1988:

Art. 6º, Parágrafo único. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.

- 19 Com base nos direitos sociais, julgue o item a seguir. Nas empresas de mais de cem empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

Errado.

Assunto abordado: Direitos sociais.

Em desacordo com o art. 11 da CF/1988:

Art. 11. Nas empresas de **mais de duzentos empregados**, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores. (Grifos nossos.)

- 20 Com base no tema nacionalidade, julgue o item a seguir. São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.

Certo.

Assunto abordado: Nacionalidade.

De acordo com o art. 12, I, a, da CF/1988:

Art. 12. São brasileiros:

I – natos:

a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;

- 21 Com base no tema nacionalidade, julgue o item a seguir.
A lei poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição.

Errado.

Assunto abordado: Nacionalidade.

Em desacordo com o art. 12, § 2º, da CF/1988:

Art. 12, § 2º A lei **não poderá** estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos nossos.)

- 22 Com base nos direitos políticos, julgue o item a seguir.
O militar alistável é elegível, atendida a seguinte condição: se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade.

Certo.

Assunto abordado: Direitos políticos.

De acordo com o art. 14, § 8º, da CF/1988:

Art. 14, § 8º O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:

I – se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;

- 23 Com base nos direitos políticos, julgue o item a seguir.
Serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 60 dias antes da

data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos.

Errado.

Assunto abordado: Direitos políticos.

Em desacordo com o art. 14º, § 12, da CF/1988:

Art. 14, § 12. Serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral **até 90 (noventa) dias** antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos. (Grifos nossos.)

- 24 Com base no poder judiciário, julgue o item a seguir.

O ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação.

Certo.

Assunto abordado: Poder judiciário.

De acordo com o art.93, I, da CF/1988:

Art. 93, I – ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos

ASSINATURA ILIMITADA X

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada X** do Gran.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 3 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

☎ (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante ilimitado agora